

# A VISÃO DOS PROFISSIONAIS DE ESCOLAS MUNICIPAIS E A ATUAÇÃO DE FISIOTERAPEUTAS NA REDE ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE LAGES/SC

FABIULA MACIEL<sup>1</sup>  
GECIELY ALMEIDA<sup>2</sup>  
LUCIANE CRISTINA MORETTO<sup>2</sup>  
RACHEL SCHLINDWEIN-ZANINI<sup>3</sup>

## INTRODUÇÃO

Atualmente, muito se ouve falar sobre a inclusão escolar. O tema tem sido objeto de discussões em diversos debates, do âmbito municipal ao internacional, além de propagandas que tratam sobre a capacitação que o Governo Estadual está oferecendo aos profissionais da área da educação. Foi a partir da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada na cidade de Salamanca, na Espanha, em 1994, que a educação inclusiva se transformou em proposta para as escolas de ensino regular, com o objetivo de combater as práticas discriminatórias e promover a integração da criança deficiente na sociedade (SILVA et al, 2004).

A inclusão de crianças com necessidades educativas especiais tem causado um grande impacto no meio escolar, nas instituições especializadas e entre os pais dos alunos com e sem dificuldades especiais. Isso vem causando muitas dúvidas, e vêm sendo uma das razões da dificuldade de implementação de ações em favor da criação de uma escola mais justa, que ofereça oportunidade e qualidade para todos (CAPUTO e FERREIRA, 2000).

A educação inclusiva é um processo complexo que envolve a participação de várias ações nos âmbitos da educação, da saúde, do ambiente físico, entre outros, tornando importante o respeito à diversidade de cada criança e a realização de transformações, quando necessárias para receber e manter o aluno em um processo educativo ativo e construtivo (SILVA et al, 2000).

Para isso, é necessário que haja uma mudança paradigmática que resulte também em mudanças nas políticas, programas e serviços de apoio oferecido a estes indivíduos (CAVALCANTE, 2000).

O fisioterapeuta juntamente com uma equipe formada por diferentes profissionais da saúde pode participar de orientações escolares; pode estar identificando as barreiras que a criança vai enfrentar no ambiente escolar, bem como as expectativas e as exigências para ela poder atuar nesse ambiente, visando contribuir para melhorar o aprendizado da criança especial (PRADO, 2001; CROKER e KENTISH, 1999).

Para Sant'Anna (2002) os profissionais da saúde podem estar na recomendação de adaptações, onde existem dois tipos: aquelas que servem para um posicionamento melhor e inibição de padrões patológicos, as quais devem ser o mais funcional possível, e as adaptações para locomoção - cadeiras simples, de fácil manejo, que não exigem muito esforço, possibilitando o acesso às distâncias que precisar.

Com isso, o trabalho em questão pretende provocar uma análise e reflexão de como está sendo realizada a inclusão escolar de crianças com deficiência física na cidade de Lages/SC, através dos profissionais da área de educação (professores e diretores) e de que forma a fisioterapia exerce seu papel.

---

<sup>1</sup> Acadêmica da 10ª fase do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Catarinense – UniVesc, Lages-SC. E-mail: [fabizinha-23@hotmail.com](mailto:fabizinha-23@hotmail.com)

<sup>2</sup> Professoras do Curso de Fisioterapia do Centro Universitário Catarinense – UniVesc, Lages-SC. E-mail: [geciely@gmail.com](mailto:geciely@gmail.com)

<sup>3</sup> Neuropsicóloga, especialista pelo Conselho Federal de Psicologia, Doutora em Ciências da Saúde/Medicina (área: Neurociências), pela Faculdade de Medicina da PUCRS, Pós-doutorado em Psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Hospital Universitário da UFSC. [rachelsz@floripa.com.br](mailto:rachelsz@floripa.com.br)

## REVISÃO DE LITERATURA

De acordo com a Política Nacional de Educação integração é um processo dinâmico de participação das pessoas num contexto relacional legitimando sua interação nos grupos sociais; a integração implica reciprocidade. A escola vem assumindo um papel relevante no processo de integração das pessoas portadoras de deficiência, tentando efetivar, na prática, a Lei nº 9394 de Diretrizes e Bases da Educação, quando diz que “todas as crianças sempre que possível, devem aprender juntas, independente de suas dificuldades e diferenças”, partindo da convicção de que “todos os educandos são capazes de aprender”. Alguns exigem apoio adicional, outros uma adaptação, outros ainda equipamentos específicos; são todos recursos fáceis de serem ofertados pelos diferentes segmentos da sociedade (PARANÁ, 1997).

Na década de 1970, houve uma explosão de manifestação mundial em defesa dos indivíduos com deficiência, que acabou regulamentando leis internacionais que garantem direitos a elas; isso refletiu nos dispositivos legais de grande parte das nações. Diversos direitos são assegurados pela Constituição Federal Brasileira. Além desses direitos, também visam oferecer condições de justiça social para as pessoas deficientes ( AZEVEDO e BARROS, 2004).

Para o processo de inclusão escolar, é preciso uma mudança qualitativa no trabalho educacional no interior das escolas, e requer um envolvimento de todos os profissionais da educação, alunos e pais, na reorganização do espaço e do tempo da escola, e que sejam garantidas condições de trabalho para os professores e condições de permanência e de estudo para os alunos (ALMEIDA, 2002; FARIAS, 2003;).

Para que a escola se concretize como educadora e exercer sua verdadeira função de socializadora do conhecimento, é preciso que se eduque não para a cidadania , mas na cidadania, respeitando o ritmo do aluno e que não seja como privilegio de poucos, mas como um direito de todos (HOLANDA, 2002; DALAGASPARINA, 2001).

A educação inclusiva visa uma escola aberta para todos os alunos, onde propõe inserir na escola todos os excluídos, garantir qualidade na educação, considerar as diferenças e valorizar a diversidade. Mas inserir na escola aqueles que dela foram excluídos, sem que esta seja reformulada dentro de uma nova proposta, e dar continuidade ao movimento de exclusão, visto que, se a escola permanece com práticas excludentes e concepções político-pedagógicas conservadoras, esses alunos serão excluídos ou permanecerão sem obter nenhum sucesso em sua aprendizagem e no seu desenvolvimento. É preciso oferecer meios de adequações praticas à diversidade dos aprendizes (FIGUEIREDO, 2002).

A ignorância é por não conhecerem adequadamente as características dessas crianças. Já o preconceito, parte de idéias preconcebidas sobre as possibilidades de aprendizagem e de desenvolvimento das pessoas com deficiência. Antes mesmo de estabelecer uma medição com esse aluno e, de tentar favorecer o vinculo dele com o grupo de classe, o professor alega dificuldades, não investindo nessas possibilidades, sob o argumento de que se faz necessária uma especialização para ser capaz de atuar pedagogicamente com este aluno (FIGUEIREDO, 2002).

O fisioterapeuta deve ser observativo e estar atento às expectativas das crianças, seus pais e professores, facilitando o desenvolvimento de um programa de educação e reabilitação mais relevante e eficaz, estimulando o movimento na sala de aula, no pátio ou na educação física. Deve ser mantido um contato agradável entre os pais da criança, fisioterapeuta e professores, para se obter uma melhor resposta ao trabalho (KAVALCO,2003).

O fisioterapeuta juntamente com uma equipe formada por diferentes profissionais da saúde pode participar de orientações; identificar as barreiras que a criança vai enfrentar no ambiente escolar, visando contribuir para melhorar o aprendizado da criança especial (PRADO, 2001; CROKER E KENTISH,1999).

## **OBJETIVOS:**

Este trabalho teve como objetivos: verificar as escolas municipais que têm crianças portadoras de deficiência física no município de Lages/SC; quantificar o número de crianças portadoras de deficiência física nessas escolas; identificar as dificuldades dos profissionais escolares em relação a inclusão escolar, investigar o papel da fisioterapia na inclusão escolar e verificar a preparação do profissional escolar em relação à inclusão escolar.

## **METODOLOGIA**

O presente trabalho trata-se de um estudo transversal, descritivo e exploratório, através da elaboração, análise e interpretação qualitativa e quantitativa dos dados. Pesquisa de campo utilizando 3 questionários com perguntas abertas e fechadas: um para professores, um para diretores e um para fisioterapeutas, abordando o tema da inclusão escolar de PNE's.

A amostra foi composta pelos dados fornecidos pelo Censo Escolar 2010 da Secretaria Municipal da Educação de Lages/SC, com dados sobre o número de alunos com deficiência física que estão incluídos na rede escolar, totalizando 30 instituições entre CEIM e EMEB.

Realizou-se também um questionário com os fisioterapeutas do município de Lages/SC que atuam na área de neuropediatria, totalizando 7 fisioterapeutas.

Todos os participantes, no início do estudo, receberam informações quanto à realização e objetivo da pesquisa. Depois de fornecido, cada participante assinou um termo de consentimento livre e esclarecido. Foi estabelecido posteriormente a comparação entre a visão dos profissionais educação e da saúde sobre a inclusão escolar e a abordagem precedente da revisão bibliográfica, através dos questionários respondidos.

Para o tratamento estatístico foi utilizado o programa estatístico SPSS 13.0 (APACHE, 2004). A análise exploratória dos dados foi feita através da estatística descritiva, utilizando a frequência, porcentagem, média e desvio-padrão. A fonte de referência para a análise estatística foi Barbetta (2006).

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Com relação ao papel dos fisioterapeutas na inclusão escolar, os sete fisioterapeutas afirmaram ser importante, especialmente com relação às orientações sobre posicionamento, postura, mobiliário adequado, adaptações e treino das AVD's. Todos os fisioterapeutas entrevistados responderam que o fisioterapeuta exerce um papel importante no processo de inclusão escolar.

Com relação ao tempo de atuação, a média de tempo dos fisioterapeutas entrevistados foi de 4,5 anos (DP=2,0), sendo que o mínimo foi 2 anos e o máximo 8 anos, demonstrando um nível médio de experiência profissional.

Para Ratliffe (2000), o posicionamento é muito importante, pois ele promove experiências sensoriais apropriadas, melhora o alinhamento normal no espaço e permite acesso ideal ao ambiente. Também pode estar facilitando nas habilidades funcionais e na interação com os outros.

O uso de adaptações pode promover ajustes, acomodação e adequação do indivíduo a uma nova situação. Para se alcançar alguma resposta é preciso alguns fatores, como: satisfação, sucesso do desempenho ocupacional, negociações positivas e negativas entre a pessoa e o ambiente. O uso diário das adaptações faz com que a utilização fique incorporada, pois a criança e familiares conseguem perceber a facilidade e os ganhos com o equipamento (TEIXEIRA, ARIGA e YASSUKO, 2003; RATLIFFE, 2000).

Com relação ao questionário dos professores, dos 70 respondidos, as principais preocupações para a inclusão são: 52.9% com mobiliário inadequado, 14.3% compreensão da criança, 2.9% posicionamento, 5.7% atitude dos colegas e 24.3% responderam mais de duas alternativas

É de grande importância no processo de inclusão a infra-estrutura do meio ambiente que, quando adequado, possibilita a utilização das adaptações e proporciona ao indivíduo um bom convívio social, atuação educacional e profissional, realização pessoal e contribuição de

forma efetiva no contexto social (TEIXEIRA, ARIGA e YASSUKO, 2003). Além disso, os professores que atuam na educação especial devem ser treinados para adaptar o currículo para essas crianças. Por isso, é preciso que eles voltem a estudar, a pesquisar, enfim, se preparar para poder estar atendendo a todos com qualidade (MELLI, 2001).

Quando questionados sobre o relacionamento das crianças especiais com os outros alunos, **35,9%** demonstram-se enturmados, **5,4%** isolados e **7,6%** agressivos. A percepção que os colegas de classe têm é de que a criança com deficiência é burra, isso pode estar causando um impedimento à sua inclusão (RATLIFFE, 2000). Devemos conviver com diferenças, isso pode ajudar a contribuir para formar um cidadão diferente do de hoje, carregado de preconceito (HOLANDA, 2003). “O primeiro passo é investir na aceitação”. Uma aceitação dos professores, direção, colegas e de toda a sociedade, iniciando a diminuição do preconceito (CAVALCANTE, 2000). Nesse sentido, Schlindwein-Zanini et al.(2008) comentam acerca da criança com enfermidade crônica frente a não aceitação e a estigmatização, em que uma auto-estima “fortalecida” traz estabilidade, favorecendo a resistência à adversidade, a capacidade de adaptação ao meio e o bem-estar emocional. O contrário também é verdadeiro. Isto é, crianças “rejeitadas” pelo grupo social apresentam dificuldades para se adaptar ao meio e menor bem-estar emocional. É como se estivessem “mal equipadas” para enfrentar o dia-a-dia.

Quando os professores foram questionados sobre a inclusão escolar, **68,5%** deles concordam com a inclusão, **6,5%** não concordam e **3%** não souberam opinar.

A legislação garante que as crianças com necessidades educativas especiais tenham o direito à educação, implica que essas crianças possam se inscrever na escola de sua comunidade local e receber uma educação apropriada, com recursos adequados desde que todas as pessoas interessadas considerem esse ambiente como sendo o menos restritivo possível (CROKER e KENTISH, 1999).

Melli (2001) acredita que a escola não deve se preocupar apenas em passar conhecimento e que o aluno ao sair da escola tenha adquirido grande quantidade do conteúdo, mas sim de preparar o aluno para viver em sociedade, para que ele possa enfrentar os conflitos impostos pela sociedade e se adaptar a eles, de forma adequada. Frequentar o ensino regular é essencial para desenvolver a sociabilidade da criança. Receber os serviços em uma classe somente especial pode isolar a criança e impedir que ela faça amizades (RATLIFFE, 2000).

No questionamento sobre quem tem mais resistência ao aluno portador de deficiência física, **50%** acreditam que seja o professor do ensino regular e **27,5%** acham ser os pais. Muitas vezes os pais das crianças sem deficiência sentem-se ameaçados com a presença de uma criança com deficiência na turma ou na escola de seu filho; questionam se essa criança não vai atrapalhar o desempenho de seus filhos; se o ensino não perde em qualidade com a presença dessa criança na classe, prejudicando a aprendizagem das demais; se o professor não vai deixar de dar atenção ao seu filho, por estar sobrecarregada com a presença de uma criança “especial” (MELLI, 2001).

Na questão sobre qual o melhor espaço educacional para o aluno com deficiência frequentar, **38%** dos profissionais acredita que o ensino regular seja o melhor local, contra **62%** dos professores que acham que o ensino especializado seja o melhor local. A escola deve se adaptar as crianças de modo que possa atender todos os alunos e não o contrário, visando sempre a inserção na sociedade (MELLI, 2001). Uma escola deve ser acessível a todos, sem exceção

Na questão sobre o que seria necessário para um melhor aprendizado estando um portador de deficiência física em classe regular, **27%** apontam para um número menor de alunos por turma, **25%** para a capacitação dos professores regente e **24%** para a presença de um auxiliar de classe. Sobre o questionamento de cada professor estar ou não preparado para inclusão escolar, **38%** disseram que não estão preparados, **53%** parcialmente preparados e apenas **9%** se dizem preparados.

Em relação às sugestões apresentadas para uma melhor inclusão escolar, vale salientar: “possibilitar que a criança freqüente o ensino regular em contra-turno ao especializado, tendo este o papel intelectual e aquele o social”, “cursos, encontros, enfocando a prática, dia-a-dia, em sala de aula; debates freqüentes com profissionais envolvidos”, “que as escolas se adaptem fisicamente para receberem esse aluno, como banheiros adequados, rampas de acesso para as quadras; maior disponibilidade de profissionais especializados nessa área, tanto pedagógica como da área de fisioterapia”; número menor de alunos na sala de aula para integrar alunos com deficiências”, para que possamos fazer um bom trabalho, toda a comunidade escolar precisa saber como trabalhar com todas as Necessidades Especiais, não somente o regente de ensino”.

## CONCLUSÕES

- Os fisioterapeutas acreditam que o seu papel na inclusão escolar está vinculado ao ensino do manuseio e posicionamento adequado ao professor e à utilização de adaptações;
- Existe a necessidade dos professores conhecerem melhor as capacidades de seu aluno deficiente físico, através do auxílio do fisioterapeuta.
- A ligação entre o fisioterapeuta e a escola que realiza a inclusão de crianças com deficiência física deve ser maior, ou seja, o fisioterapeuta deve atuar de forma mais direta nessas situações, o que ainda não acontece.
- Com relação à direção e professores das escolas participantes da pesquisa, esses relatam dificuldades como: obstáculos arquitetônicos e a falta de preparo dos professores.
- Em relação à arquitetura das escolas, há realmente a necessidade de mudanças, através de maiores investimentos públicos e uma maior ligação entre a direção da escola e governo. Sobre a falta de preparo dos professores, essa tornou-se evidente, sendo necessário também um maior investimento público, além de um maior interesse dos profissionais da educação.
- A inclusão escolar é fundamental, mas não está recebendo o cuidado devido. Muitas crianças estão sendo “inseridas”, sem ser verdadeiramente “incluídas”, mas sem a preparação adequada de toda a sociedade, Governo, escola, família e da própria criança. Para a inclusão escolar ser verdadeira, ainda há um longo caminho a ser percorrido.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, M. I. Ações organizacionais e pedagógicas dos sistemas de ensino: políticas de inclusão? In: ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. (orgs). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

AZEVEDO, P. H.; BARROS, J. F. O nível de participação do estado na gestão do esporte brasileiro como fator de inclusão social de pessoas portadoras de deficiência. **Revista Brasileira Ciência e Movimento**, v.12, n.1, p. 77-84, jan/mar, 2004.

[Axis] Axis Home Page. Disponível em: <http://ws.apache.org/axis/>. Acesso em 20 de setembro de 2010.

BARBETT, P. A. **Estatística aplicada às ciências sociais**. 6. ed. Florianópolis: UFSC, 2006.

CAPUTO, M. E.; FERREIRA, D. C. Contribuições das brincadeiras infantis na socialização e inclusão de crianças com Síndrome de Down. **Temas sobre Desenvolvimento**, v.9, n.52, p.25-30, set/out, 2000.

CAVALCANTE, R. S. C. **A inclusão aluno com necessidades educacionais especiais na sala de aula de ensino regular: o papel do professor**. **Temas sobre Desenvolvimento**, v.9, n.52, p.31-5, set/out, 2000.

- CROKER, A.; KENTISH, M. **Serviços de fisioterapia para crianças em idade pré escolar e escolar.** In: BURNS, Y. R.; MACDONALD, J. **Fisioterapia e crescimento na infância.** São Paulo: Santos, 1999.
- FARIAS, G. C. O programa de intervenção precoce como fator de inclusão da criança cega. **Temas sobre Desenvolvimento**, v.12, n.67, p.44-9, mar/abr, 2003.
- FIGUEIREDO, R. V. Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade. In: ROSA, D. E. G.; SOUZA, V. C. (orgs). **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- HOLANDA, T. C. Escolas inclusivas. In: Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto. **Uma escola para a inclusão social.** Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2003.
- MELLI, R. Verdadeira e simplesmente uma questão de vontade. In: MANTOAN, M.T.E. (org). **Caminhos pedagógicos da inclusão:** como estamos implementando a educação (de qualidade) para todos nas escolas brasileiras. São Paulo: Memnon, 2001.
- PARANA. Governo do Estado. Secretaria do Estado de Educação e Departamento de Educação Especial. **Pessoa portadora de deficiência:** integrar é o primeiro passo. Curitiba: Imprensa Oficial, 1997.
- RATLIFFE, K. T. **Fisioterapia na clínica pediátrica: guia para a equipe de fisioterapeutas.** São Paulo: Santos, 2000.
- SANT'ANNA, M. M. M. Educação inclusiva e inclusão social: a clínica da terapia ocupacional. **Temas sobre Desenvolvimento**, v.11, n.61, p.10-5, mar/abr, 2002.
- SCHLINDWEIN-ZANINI, R.; PORTUGUEZ, M.W; COSTA, D.I.; MARRONI, S.P., DA COSTA, J.C. Percepção do Estigma na Criança com Epilepsia Refratária: Estudo Comparativo entre Doenças Crônicas na Infância. **J Epilepsy Clin Neurophysiol** 2008; 14(3):114-118.
- SILVA, A. I. T.; SILVA, D.B.R.; AGNELLI, L.B.; HIGUCHI, M.A.; OLIVEIRA, M.C.; SILVA, P.C.; MANCINI, M.C.; VARELA, R.C.B. Perfil funcional de crianças com paralisia cerebral na escola regular segundo tipo de escola e comprometimento motor. **Temas sobre Desenvolvimento**, v.13, n.74, p. 5-13, 2004.
- TEIXEIRA, Z. Discriminação na escola: raça e gênero. In: Conferência Nacional de Educação, Cultura e Desporto. **Uma escola para a inclusão social.** Brasília: Câmara dos deputados, Coordenação de Publicações, 2003. (A)